1932, heróis de farda e farsa:
capital, trabalho e memória, em posições

Capa do livro *Marco zero I*: a revolução melancólica, de Oswald de Andrade, 1978, fotografia (detalhe).

Marcio Luiz Carreri

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do curso de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp-Jacarezinho). Autor, entre outros livros, de *O socialismo de Oswald de Andrade*: cultura, política e tensões na modernidade de São Paulo na década de 1930. Curitiba: CRV, 2017. carreri@uenp.edu.br

1932, heróis de farda e farsa: capital, trabalho e memória, em posições*

1932, heroes of uniform and farse capital, labor and memory, in positions

Marcio Luiz Carreri

RESUMO
Este texto é uma reflexão sobre o conjunto de eventos da "Revolução Constitucionalista" de 1932. O movimento bélico traduziu-se, antes e durante a sua ocorrência, em disputas sociopolíticas pela representação da memória. O vencedor nas trincheiras investiu em apregoar aos paulistas o caráter separatista, conservador e oligárquico da "revolução". Na sua contraparte, uma historiografia de memória paulista, amparada em monumentos oficiais, somou esforços, após a derrota, na produção de uma outra narrativa e entronizou na memória social a celebração cívica ao 24 de julho, como um marco de resistência a um poder central autoritário e inconstitucional. Capital e trabalho participaram, cada um a seu modo, com suas representações, partidos políticos, como o PRP, PD e PCB, além de artistas, imprensa, sociólogo e literatos, entre eles Mário e Oswald de Andrade, com suas interpretações coletivas e singulares sobre as tensões e contradições naquele tempo.
PALAVRAS-CHAVE: revolução constitucionalista; capital e trabalho; memória.

ABSTRACT
This text is a reflection on the set of events of the "Constitutionalist Revolution" of 1932. The war movement was translated, before and during its occurrence, into sociopolitical disputes for the representation of memory. The winner in the trenches invested in proclaiming to the paulistas the separatist, conservative and oligarchic character. In its counterpart, a historiography of São Paulo memory, supported by official monuments, joined efforts, after the defeat in the dispute, in the production of another narrative, and the civic celebration on the 24th of July was enthroned in social memory as a landmark of resistance to an authoritarian and unconstitutional central power. Capital and labor participated, each in their own way, with their representations, political parties, such as the PRP, PD and PCB, as well as artists, press, sociologist and literary, among them Mário and Oswald de Andrade, with their collective and singular interpretations about the tensions and contradictions at that time.
KEYWORDS: *constitucionalist revolution; capital and labor; memory.*

A década de 1930 marca a emergência do moderno, com projetos diversos postos em disputa e identidades forjadas, continuamente em formação e redefinindo-se em um ritmo de lutas acelerado, em um valor fundamental da modernidade[1], com seus atores e diversidade de rostos sob a máscara do

* Este artigo é resultado de estudos do estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Alambert Jr.

[1] Cf. SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

moderno.[2] Trata-se de um período também marcado pela radicalização política[3] e um tempo de catástrofes, convulsões e crises. Aos olhos dos socialistas, no entendimento de Loureiro[4], o capitalismo beirava o colapso.

O movimento de 1932, conhecido como "Revolução Constitucionalista" é um episódio constantemente revisitado na recente história política de São Paulo, como resultado dos frementes anos 20[5] e da "revolução" de 1930, que nasceu e não se desvencilhou do signo da contradição em si. Essas contradições são evidenciadas primeiramente em relação ao título que o anuncia, "revolução"; segundo, pela própria tentativa de construção de sua referência identitária antes, durante e depois da "guerra", elemento utilizado como motivação para os apoiadores e combatentes, além de para os populares em disputas pela memória, constituindo-se em memória histórica, largamente utilizada pelos grupos sociais nas décadas seguintes.

Empregado sempre de maneira enfática, muito em função da retórica política e menos em função de seus resultados práticos, o termo "revolução" é variável e, segundo Koselleck[6], a imprecisão conceitual é tão grande que poderia vir a ser um clichê. Para Paulo Prado, revolução é a força que surge destruidora das velhas civilizações e das quimeras do passado.[7] Em *A longa revolução*[8], livro de 1961, Raymond Williams aborda a construção do conceito, retomando a revolução democrática do século XVIII, a econômica no XIX e a cultural no século XX.

"Qual revolução?"[9] No caso do movimento de 32, a ideia de revolução foi levantada e defendida por diversos atores sociais e políticos. A pergunta que fez Edgar de Decca para o contexto de 1930 não está distante do de 1932. Mário de Andrade, sobre o último, inqueriu a respeito do seu resultado: "Todos cantando vitória, isso é glória?"[10] O termo, comum naquele contexto, foi empregado como contraponto a 1930 e como contribuição às lutas dos que vieram depois, e apresenta, em si, contradições e paradoxos.

O movimento, transformado em guerra, e sua memória, operada em diversas narrativas, tomaram de empréstimo do domínio da política o conceito de revolução. Momento privilegiado de conflitos entre as classes que, no caso, contraditoriamente, aponta para um sentido contrário ao que o termo sugere, quando se pretende algo que esteja dentro da ordem, como a luta por uma constituição. Após 1917, o termo recebeu apropriações de toda ordem; não pelo acaso, deu o nome ao movimento, em uma luta pela restituição da

---

[2] Cf. FURET, François. *A oficina da história.* Portugal: Gradiva, 1990.

[3] Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. *In*: DUTRA, Eliana Regina de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição*: o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

[4] Cf. LOUREIRO, Isabel Maria Frederico Rodrigues. Teoria e prática revolucionária em Rosa Luxemburgo. *Encontros com a Filosofia*. Niterói, ano 8, n. 11, 2020.

[5] Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[6] Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

[7] Cf. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[8] Ver WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

[9] DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 87.

[10] ANDRADE, Mário de. *Lira paulistana seguida de O carro da miséria*. São Paulo: Livraria Martins, s./d., p. 19.

normalidade na perspectiva do tempo progressivo, carregado de positividade. Mário de Andrade, no conto "Primeiro de maio", estabeleceu as diferentes apropriações da noção: "cabeça inchada, porque não vê que ele havia de se matar por causa de um besta de revolução diz-que democrática, vão 'eles' [...]. Se fosse o primeiro de maio, pelo menos".[11]

Em "O que é revolução"[12], Florestan Fernandes informou que o uso das palavras traduz relações de dominação. O contrassenso é evidente, do mesmo modo que a pretensão de se configurar como um pensamento hegemônico nas disputas com outras forças do passado e o que se apresentam para condução do Estado e do país. O movimento defendia, com o aporte do discurso, um caráter homogêneo para a sociedade paulista, conseguindo, assim, uma unicidade de suas oligarquias[13] e reivindicou, desde o seu princípio, um caráter hegemônico de união e coesão social, para além das classes e seus conflitos de interesses. Essa identidade, como demonstrou Sawaia, "esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças".[14]

O Partido Democrático e o Partido Comunista: participação e crítica

> *Permitem a uma pessoa coisas surpreendentes, desde que tenha dinheiro. Sócrates, pobre, é apenas uma fazedor de frases, estúpido e pernicioso, sendo tolerado unicamente no teatro, porque apraz ainda ao burguês ver a virtude em cena. Este burguês é uma pessoa estranha, proclama francamente que o dinheiro constitui a suprema virtude e a obrigação humana e ao mesmo tempo, gosta terrivelmente de aparentar a mais elevada nobreza de caráter.*[15]

> *Ia devagar porque estava matutando. Era a esperança dum turumbamba macota, em que ele desse uns socos formidáveis nas fuças dos polícias. Não teria raiva especial dos polícias, era apenas a ressonância vaga daquele dia. Com seus vinte anos fáceis, o 35 sabia, mais da leitura dos jornais que de experiência, que o proletariado era uma classe oprimida. E os jornais tinham anunciado que se esperavam grandes "motins" do Primeiro de Maio, em Paris, em Cuba, no Chile, em Madri* [...].[16]

O Partido Democrático (PD) foi, por excelência, o partido dos movimentos liberais da modernidade de São Paulo, nos acontecimentos de 1930 a 1932. Isso se configura especialmente em relação ao último, pois sua atuação se deu em consequência da primeira. Acima de tudo, mas não exclusivamente paulista, a agremiação era composta por profissionais liberais, como bacharéis formados na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (em São Paulo), pequenos e médios empresários, prefeitos de pequenas cidades do estado, médicos e escritores. Para os comunistas, era um típico partido pequeno-burguês. Todavia, incorporou grandes empresários da crescente metrópole, incluindo fazendeiros, e, apesar da crítica e dissidência do Partido Republica-

---

[11] *Idem*, Primeiro de maio. *In*: *Contos novos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
[12] Ver FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
[13] BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
[14] SAWAIA, Bader, *op. cit.*, p. 123.
[15] DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *O crocodilo e notas de inverno sobre impressões de verão*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 126 e 127.
[16] ANDRADE, Mário de. Primeiro de maio, *op. cit.*, p. 35.

no Paulista (PRP), seus quadros receberam muito bem os senhores da lavoura. O partido, portanto, em um lance, uniu os interesses da burguesia paulista, dos proprietários da cidade e do campo. O seu manifesto-programa apontava as diretrizes do partido, das quais se destacam: "1º defender os princípios liberais consagrados na Constituição [...]; 3º vindicar para a lavoura, para o comércio e para a indústria a influência a que têm direito, por sua importância na direção dos negócios".[17]

Advindo do racha do PRP, partido vinculado à política das negociatas do café com leite, contou com figuras proeminentes do empresariado e da burguesia paulistana em ascensão, como os Camargo, Prado e Vergueiro, além de intelectuais do porte de Mário de Andrade e seu capital cultural construído com a Semana da Arte Moderna de 1922. Entre os seus líderes estavam Francisco Morato, Paulo Duarte e Marrey Junior. Sobre a burguesia brasileira, sua composição e interesses, "mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização"[18], como pensou Florestan Fernandes. Maria Ligia Prado contrapôs o discurso ao verdadeiro interesse do partido: "Em suma, o discurso liberal do Partido Democrático invoca o 'povo' como legitimador de sua ação; no entanto, sua prática política estava sempre distanciada do 'povo', que entrava na cena política não como sujeito, mas como objeto manipulado pelos interesses dos demais grupos".[19]

Liberais, eram favoráveis à Constituição e limitação dos poderes de Getúlio Vargas e do governo. O partido nasceu em 1926 e tinha muito a ver com as críticas ao PRP, a ascensão da burguesia citadina e sua organização como classe, tendo em vista que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), sucessora do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), surgira em 1931, com a decisiva participação do industrial Roberto Simonsen, tanto na organização da entidade antecessora como na organização da indústria para o esforço de guerra. O PD apoiou Vargas nas eleições de 1929 e tramou a "Revolução de 1930", rompendo com Vargas quando da nomeação do interventor do estado de São Paulo, o tenente João Alberto.

O partido foi incorporado ao recém-criado Partido Constitucionalista, em 1934. Sua abreviada história de oito anos ajuda a explicar o contexto da política paulista e brasileira da época e o seu pragmatismo, em um investimento de aliar poder econômico e político, nas palavras de Mário de Andrade, em *Pauliceia desvairada*, "monções da ambição"[20] dos bandeirantes. Em suma, o Partido Democrático teve o mérito de vir a ser o novo estilo de consórcio das oligarquias agrárias com o capitalismo urbano. Distante da dicotomia pensada pelo Partido Comunista, a transição era marca daquele tempo. Perrepista, pepista e pouco comunista, São Paulo (e seus líderes) era conservadora e moderna; ao mesmo tempo, ainda que todos reivindicassem a modernidade, que foi

---

[17] NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e lutas de um burguês progressista*: subsídio para a história do Partido Democrático e da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 156.

[18] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 242.

[19] PRADO, Maria Ligia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934). *Revista de História*, n. 117, São Paulo, 1984.

[20] ANDRADE, Mário de. Pauliceia desvairada. *In*: *Poesias completas*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 87.

um dos motivos para a saída de cena do PRP, a cidade se apresentava meio futurista e passadista, como em "A procissão", escrita por Oswald:

> *Os chofers ficam zangados*
> *Porque precisam estacar diante da pequena procissão,*
> *Mas tiram o boné e rezam*
> *Procissão tão pequenina tão bonitinha*
> *Perdida num bolso da cidade*
> *Bandeirolas* [...].[21]

O Partido Comunista do Brasil (PCB), por sua vez, tinha apenas uma década de história quando eclodiu o "levante paulista". O partido esbarrou em sérios problemas na sua curta e, ainda assim, "acidentada trajetória".[22] Além dos conflitos internos, nos campos ideológico e de relação interpessoal, comuns em qualquer organização política, viveu a maior parte de sua existência na ilegalidade, trabalhando na clandestinidade, convivendo com violência, repressão política ferrenha oposição das classes dominantes.[23]

Jamais fora fácil ser comunista. Não bastasse o trabalho político, o ativista lidava com um sentimento construído e com os efeitos do fenômeno histórico do anticomunismo, em um duplo movimento. O militante enfrentava, do ponto de vista interno, seus fantasmas da convivência com os camaradas e com o sentimento de mudar o mundo, e, externamente, as fantasmagorias engendradas por instituições e governos contra a "ameaça vermelha".

Em abril de 1929, o braço sindical do PCB criou a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), sendo eleito Minervino de Oliveira, operário marmorista, para a secretaria-geral. Minervino havia sido eleito intendente (espécie de vereador) da então capital federal, Rio de Janeiro, pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), organização sociopolítica criada em 1928. Ele também foi candidato à presidência da República, em 1929, pelo bloco, e o Brasil conheceu, ainda no processo de sua modernização urbana e econômica, uma grande novidade no campo político-eleitoral, um candidato preto, operário e comunista.

O partido vinha seguindo uma tendência de proletarização, confirmada em posteriores eventos. O VI Congresso da Internacional Comunista, no verão de Moscou, radicalizou a organização. A política da "frente única" com alianças com a pequena burguesia, inclusive com Prestes[24], foi abortada e em

[21] ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas VII*: Poesias reunidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 121 e 122.

[22] Ver MOREIRA, Raimundo. Nonato Pereira, Antônio Maciel Bomfim ou o "célebre Miranda": entre a história e a memória. *In*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016, p. 78.

[23] O empresário do setor de comunicações Assis Chateaubriand chegou a mostrar-se "desconfiado" da radicalidade e pretenso comunismo dos tenentes: "Quando João Alberto anunciou que iria permitir a legalização do Partido Comunista em São Paulo, o mesmo Chateaubriand que no governo Washington Luís defendera o direito de expressão dos comunistas passou a acusar o interventor de 'transformar São Paulo num laboratório de atividades políticas e sociais soviéticas". *In*: MORAIS, Fernando. *Chatô*: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 223.

[24] A filiação de Prestes, para as urgências do Partido, demorou. Missões anteriores não convenceram o líder, que se definiu somente em 1931, mesmo ano em que se mudou para a Rússia, deixando o exílio e o trabalho em Montevidéu. O partido viveu um período tenso, com a destituição de Astrojildo Pereira, então secretário-geral (com exigência inclusive de pesarosa autocrítica), o afastamento de Otávio Brandão e a

seu lugar venceu a proposta de radicalização e enfrentamento aberto contra o capitalismo mundial.[25]

No final de 1928 e início de 1929, em Niterói, por outro lado, ocorreu o III Congresso do PCB. Ambos os encontros ofereceram as linhas mestras de atuação dos partidos comunistas. No caso do Brasil, essa determinação será relevante para a definição do PCB sobre o acontecimento da "revolução" de 1932; uma delas muito significativa, de acordo com as orientações do referido congresso, sobre as instâncias de deliberação do Partido deverem ser ocupadas por operários. Esse período ficou conhecido como obreirista, com a presença majoritária dos líderes sindicais. Outra questão era a própria agenda dos trabalhadores, com as greves em 1932 sendo convertidas em prioridade política do partido.

Quanto às greves, notadamente as protagonizadas pelos sapateiros e ferroviários da São Paulo Railway, o movimento se ampliou para outras categorias de trabalhadores industriais e bancários; os principais centros de atividade da indústria paulista foram afetados. Atividades clandestinas e frequentes agitações dos comunistas ligados aos sindicatos e aos anarcossindicalistas chamaram a atenção da polícia política varguista, que produziu relatórios detalhados sobre as estruturas e o funcionamento dos movimentos.[26]

Não por acaso, o governo Getúlio Vargas, que havia criado o Ministério do Trabalho em novembro de 1930, publicou dois decretos tratando da regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, reivindicação ainda da histórica greve de 1917: para os do comércio, o decreto 21.186 e, para os trabalhadores da indústria, o decreto 21.364, o primeiro, em março, e o segundo, em maio de 1932. Além disso, instituiu a Junta de Conciliação como tentativa de resolução de conflitos trabalhistas e, principalmente, deu o pontapé ao processo que culminou com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e a implantação oficial da estrutura e organização sindical, no Estado Novo.

O comunismo brasileiro não participou do 1932, como em 1930, até mesmo pela "debilidade de sua direção e ação política, inclusive de assimilação da teoria marxista-leninista"[27], conforme foi apontado em Carta do

---

expulsão de importantes quadros como Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima, condutores da política de alianças.

[25] Após a morte de Lenin (1923), o direcionamento da política soviética no âmbito internacional, sob o comando de Stalin, refreou os movimentos revolucionários. Muito criticada por Trotski e seus seguidores, principalmente Mário Pedrosa, por ser uma análise mecânica do processo, em especial no seu segundo período, e por permitir, na prática, uma política de colaboração, não de luta de classes. Em 1928, Molotov, que substituiu Bukhárin na liderança do *Komintern*, formulou a teoria do terceiro período, de enfrentamento direto ao capitalismo e ao imperialismo. No entanto, essa guinada, no primeiro momento, pôs a América Latina e o Brasil no mapa do comunismo internacional, por anunciar um programa para os países que estivessem em "situação semicolonial" e, no segundo momento, influenciar a política mundial de enfrentamento ao fascismo, que, aqui, tomou a forma do integralismo, movimento criado por Plínio Salgado, em 1932.

[26] "Do trabalho sindical resultaram consequências imediatas, entre elas a criação de um permanente estado de agitação em vários sindicatos, notadamente bancários, comerciários, contadores, ferroviários, agitação essa capeada pelas reivindicações econômicas de classe. Os movimentos grevistas da época tiveram notória publicidade [...], entre eles o de têxteis e ferroviários da SPR, dirigida por comunistas, e padeiros, que embora orientada por anarquistas, foi largamente explorada pelo partido comunista como movimento de massas". A propaganda comunista no Estado de São Paulo. 10 jul. 1935. Prontuário Deops/SP n. 2431, do PCB, v. 9. *In:* FLORINDO, Marcos. T. A grande repressão de 1932 em São Paulo. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 4, n. 8, Rio Grande, dez. 2012, p. 295.

[27] Carta do Secretariado da Internacional Comunista para a América do Sul ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1933 (manuscrito).

Komintern ao Comitê Central do PCB, em 1933. Tratou o evento como jogo de cena no palco das elites, ou até como uma oportunidade para a ação, após o enfraquecimento destas.[28] Todavia, criticava a velha estrutura social com base no latifúndio: "O empreendimento colonizador capitalista ia nos grandes grileiros e nos empreendedores da morte do sertão"[29], pensou o autor de *Marco zero*, Oswald de Andrade. Estavam ressabiados com 1930; afinal, "os senhores que fizeram o movimento de 30 nem sequer tocaram no latifúndio"[30], além de uma "revolução pelo alto", sem participação popular, outro jogo das elites. O PCB fez a crítica ao movimento e, após o conflito, investiu em uma tentativa de reestruturação teórica e prática no sentido de tornar-se de fato uma efetiva organização no enfrentamento do fascismo, tendo em vista as novas lutas que se aproximavam com a fundação da Associação Integralista Brasileira (AIB).

A luta de classes, no caso específico da "revolução de 32", estaria reduzida, de acordo com Capelato[31] à crise das oligarquias e à ação do movimento tenentista. A dimensão histórica ficou ocultada das análises *a posteriori*, não somente pelo fato da não participação dos comunistas, mas pela ação deliberada dos agentes sociais presentes no conflito, desde a apropriação contraditória do conceito de revolução, por parte dos paulistas, e de rebeldes, pelo governo central.

Construções literárias e análise sociológica

Com base nos literatos que escreveram sobre a cena da contenda de 1932, entende-se que a violência não apenas foi empregada com legitimidade[32], todavia ela se deu no processo de construção do silêncio. As camadas populares, ainda que parte delas tenha participado do conflito diretamente de forma voluntária, se viu envolvida nas frutíferas tentativas de forjar uma identidade de paulista a partir do Estado. Isso pode também ser dimensionada nos processos de construção de legitimidade e pretensa homogeneidade, mas também de exclusão e obliteração que afasta os que se opõem ou ficam indiferentes.

Contudo, ninguém ficou indiferente naqueles três meses de confrontos. Os escritores e artistas modernistas, dez anos depois da Semana de Arte Moderna, possuidores de um capital cultural considerável, tomaram o partido da guerra paulista. A campanha "Ouro para o bem de São Paulo"[33] contou

---

[28] Lênin, em que pesem as críticas e consequências do Tratado de Brest-Litovisk, chamado por ele como "A Paz de Tilsit", que ratificou a retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial, avaliava desse modo a relação entre a guerra europeia e o movimento revolucionário mundial: "a guerra cria na Europa uma situação revolucionária, e todas as circunstâncias econômicas e sociopolíticas do período imperialista levam a uma revolução do proletariado". *In:* KRAUSZ, Tomáz. *Reconstruindo Lênin*: uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 217.

[29] ANDRADE, Oswald de. *Marco zero I*: a revolução melancólica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 15.

[30] *Idem, ibidem*, p. 15.

[31] CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932*: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[32] O obelisco Mausoléu conta 700 paulistas mortos na guerra civil, não considerando muitos populares que não constam em listas e centenas de combatentes das tropas legalistas que tombaram, além de outras centenas de feridos em diversas fronteiras, *fronts* de batalhões, municípios e estados.

[33] Campanhas fazem escola. Em 1964, após o golpe, no governo de Castelo Branco, o grupo de mídia comandado por Assis Chateaubriand lançou, em São Paulo, a campanha "Ouro para o bem do Brasil", para "ajudar" o governo a superar a crise econômica.

com o apoio da Igreja Católica (a Caixa Econômica de Cristo, segundo Oswald), de rádios e jornais do estado, incentivando a classe média e os populares a doarem ouro para a causa de São Paulo, inclusive alianças pessoais, com o assentimento dos padres e bispos. Diversos modernistas engajaram-se nas mobilizações, como Alcântara Machado, Anita Malfatti, Paulo Duarte e escritores como Monteiro Lobato e Couto de Barros. Mário de Andrade, filiado ao PD, e Menotti Del Picchia, do PRP, tiveram participação mais ativa.

Mário de Andrade relata sua contribuição para a citada campanha: "Ouro dei tudo. Bronzes, metais, só não demos o indispensável da casa e os meus três Brecherets".[34] O entusiasmado Menotti Del Picchia, por sua vez, conclamou: "Paulistas, vós que tendes corações de ouro, dai ouro a São Paulo. Dai ouro à terra que vos deu a vida. Paulistas! Devolvei um pouco do tudo que São Paulo vos deu!".[35] Já Guimarães Rosa participou, recém-formado, como médico voluntário na Força Pública da Revolução, transferindo-se para Barbacena, na condição de oficial-médico do 9º Batalhão de Infantaria.[36]

O uso de mecanismos de persuasão via propaganda foi intenso, visto que a grande imprensa paulista foi utilizada largamente, como os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã, A Gazeta* e *Diário Nacional*, além de rádios da capital e do interior, que colaboraram para que os populares se aproximassem do movimento. Estavam alimentados por um sentimento difuso de excepcionalidade paulista dos bandeirantes modernos[37], que se uniam "por São Paulo", escondendo diferenças, crises, conflitos e classes sociais. Na distribuição das tarefas, aos intelectuais coube a colaboração em campanhas e postos de alistamento, na criação, edição e distribuição de panfletos com a propaganda da Liga de Defesa Paulista.[38] Assim, pois, segundo Oswald, "São Paulo não ficará sob a bota dos interventores".[39]

Nem todos os modernistas paulistas fizeram coro com o movimento de guerra. Afonso Schimidt, colaborador de jornais operários como *A Lanterna*, *A Plebe* e *A Vanguarda*, participante do Grupo Zumbi – experiência efêmera de sociabilidade literária anarquista –, entendia de outro modo a empresa da guerra e seus personagens. Em "A locomotiva – a outra face da revolução de 1932", o autor assim se referiu ao povo simples em relação à guerra paulista: "Havia receios, principalmente do povinho nas ruas, trabalhado por agentes subversivos. Imagine se a escumalha, sem rei nem roque, leva a sério essa

---

[34] *Apud* SANTOS, Marco Cabral dos. e MOTA, André. São Paulo *1932*: memória, mito e identidade. São Paulo: Alameda, 2010, p. 36.
[35] *Apud idem, ibidem*, p. 41.
[36] Cf. ROCHA, Luiz. Otávio Savassi. *Guimarães Rosa e a Medicina*. Belo Horizonte: Scripta, 2002.
[37] Euclides da Cunha, que escrevia para o Estadão, assim se referiu aos mamelucos audazes: "o paulista – e a significação histórica desse nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventuroso, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador de terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopeia inédita das "Bandeiras". *In*: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1989, p. 71.
[38] A Liga de Defesa Paulista, sob a orientação do Comando Supremo do Exército Constitucionalista, criou o *Jornal das Trincheiras*, que publicou, a partir de 1932, treze números, como "órgão oficial" da "Revolução". Distribuído no *front*, teve Guilherme de Almeida, atuante modernista, como redator-chefe. A redação localizava-se na Rua Barão de Itapetininga, região central da cidade, e contava com a colaboração de intelectuais próximos ou vinculados à Frente Única. Com o objetivo de informar e incentivar aos combatentes, utilizava-se de tons ufanistas e triunfantes, dispondo da contribuição de diversos intelectuais.
[39] ANDRADE, Oswald de. *Marco zero*, *op. cit*., p. 62.

pantomina de revolução? Que faremos nós que temos alguma coisa a perder ou a ganhar, para arrancar os fuzis e as metralhadoras de suas garras? Já pensou no perigo de uma patuleia?"[40] Por outro lado, o jornalista Octávio Frias de Oliveira, explicou as motivações de sua participação voluntária, comuns a muitos jovens de elite da época: "Foi uma histeria coletiva em São Paulo, todo mundo se alistou. Eu não acreditava naquela revolução, achava que nós íamos perder, mas a pressão era tão grande que eu resolvi me alistar também, para desespero de meu pai, que não queria que eu fosse de jeito nenhum".[41]

O voluntarismo do alistamento foi narrado dessa forma por Oswald de Andrade, em *Marco zero*: "Aonde é a Casa do Sordado? Eu me alistei por causo da bóia".[42] Em outra passagem, em resposta à pergunta retórica da propaganda "Onde estão os voluntários paulistas", Oswald descreveu a situação dos bravos guerreiros de São Paulo: "Epaminondas apontou com um gesto. Ele aproximou-se e deu de cara com duas dúzias de homens murchos e amuados que vestiam os mais desconexos resíduos da indumentária paisana. Desmoralizava-os uma atitude de displicência, cinismo e miséria. Estavam jogados na barranqueira. Uns de bruços no chão de capim, outros deitados de cara para o céu, outros, os mais numerosos, sentados, o queixo nas mãos, as pernas dobradas. Ninguém se mexeu".[43]

Mário de Andrade, por sua vez, aborda a realidade brasileira de forma crítica, e em vários pontos suas perspectivas sobre a guerra de 1932 são conflitantes com as posições tomadas uma década antes, no calor dos acontecimentos, como em sua carta a Carlos Drummond de Andrade, em 6 de outubro de 1932: "Mas agora tenho um orgulho contundente de São Paulo [...] Agora eu sou paulista. Não sinto o Brasil mais, e ainda não readquiri a minha internacionalidade. Retrogradei vinte anos na minha vida. Voltei ao menino estudante que inda tinha senso político de pátria. E a minha pátria é São Paulo. E isso não me desagrada![44]

A carta escrita em 1932 representa uma visão extremamente paulista e positiva do levante "constitucionalista", contudo a narrativa do poema "O carro da miséria", como também observado nos contos "Café" e "Primeiro de Maio", mostra um Mário de Andrade muito mais crítico e consciente das forças que operavam por trás do maquinário ideológico de 32: "Fui trapaceado / Tanto heroísmo tanto estralo / Que arrisquei tudo em São Paulo / Mas quem deu foi a treição".[45] Outro trecho da poesia que indica essa inflexão do autor é o seguinte:

Não foram esses heróis revolucionários
Que ficaram heróis revolucionários
Martirizados pelo encalhe do café
Não foram esses heróis vestidos de farda e farsa
Capazes de vencer na luta pizzico-física

---

[40] A*pud* CAPELATO, Maria Helena, *op. cit*., p. 58.
[41] *Apud* SANTOS, Marco. C. e MOTA, André*, op. cit.*
[42] ANDRADE, Oswald de. *Marco zero*, *op. cit.* p. 160.
[43] *Idem, ibidem*, p. 165 e 166.
[44] ANDRADE, Mário de Andrade *apud* SANTOS, Marco Cabral dos. e MOTA, André, *op. cit*., p. 43.
[45] *Idem apud* SANTOS, Matilde Demétrio dos. *Ao sol carta é farol*: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998, p. 218.

Crentes ainda de corage e covardage
Que fizeram vosso dia
Não nasceu o salvador[46]

Dentre os importantes intérpretes do movimento de 32, dando a ele um aspecto literário, político e histórico, encontra-se Oswald de Andrade. O escritor paulistano, envolvido naquele contexto, idealizou no começo da década de 1940 um grande projeto para entender a guerra e a história do Brasil do começo do século XX, sob o ponto de vista dos trabalhadores. Denominado "Marco zero", chamado por ele de "comício de ideias", Oswald pensou sua execução em 5 volumes: "A revolução melancólica", "Chão", "O beco do escarro", "Os caminhos de Hollywood" e "A presença do mar". Publicou somente dois volumes, o primeiro, sobre a guerra de 32.

Enquanto o conflito acontecia, Oswald, percorria os bairros populares da capital do estado, colhendo impressões e memórias das pessoas simples, mas mantinha seus contatos com a elite, do tempo da Semana de Arte Moderna, e outras sociabilidades, inclusive com latifundiários. A questão da terra, objeto de disputas entre posseiros e grileiros assassinos, associados aos coronéis, é o tema do primeiro capítulo, além da difícil vida dos pequenos produtores que perdem suas propriedades.

Problemas familiares das pessoas simples, como a fome e o tétano; conflitos conjugais, preconceitos raciais, a ocupação dos bairros populares por migrantes pobres e ricos, tudo é afetado pela "revolução", e os cenários que ele desenha dos campos de batalhas não são nada animadores. Oswald, já filiado ao Partido Comunista, defende a tese, depois consagrada, do levante como consequência da derrocada do café, por representar uma revolta da elite de São Paulo, em uma tentativa de recuperar o poder perdido com a "Revolução de 1930". Um dos personagens de seu livro, diagnosticou o movimento de 1932: "dizem que mudando de governo acaba a miséria. Acaba para eles, mas é o povo que vai dar duro e morrer nas trincheiras"[47], e, em seguida, fornece a terapêutica: "O povo continua cada vez mais miserável se não lutar a favor do Partido Comunista. É preciso separar a revolução de ricaços arruinados que procuram os seus próprios interesses, mas o trabalhador tem um dia que se libertar da exploração dos capitalistas". Pouco citada e quase esquecida, a crítica oswaldiana sobre o acontecimento de 1932 não recebeu a devida atenção da historiografia e crítica.[48]

Sob outro ângulo, Florestan Fernandes, em artigo escrito em 1949 para o Arquivo Municipal de São Paulo, intitulado "A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra", analisa um diário do ex-combatente Paulo Duarte, publicado dois anos antes com o título "Palmares pelo avesso". No entender do sociólogo, este configura uma descrição "viva e dramática" da

[46] *Idem, ibidem*, p. 89.
[47] ANDRADE, Oswald de. *Marco zero*, *op. cit.*, p. 33.
[48] Roberto Schwarz propõe e realiza uma leitura materialista e dialética da produção de Oswald de Andrade, que, para ele, foi além da festejada fórmula de inovação de linguagem da poesia modernista. Ver SCHWARZ, Roberto. A carroça, o bonde e o poeta modernista. *In*: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. O romance *Marco zero*, como conteúdo histórico e crítica social, foi apresentado como inaugurador, no campo historiográfico, de uma nova chave de compreensão do escritor paulista, cf. FERREIRA, Antonio Celso. *Eldorado errante*. São Paulo: Edunesp, 1996.

participação de Duarte nos combates do Destacamento Leste, na região do Vale do Paraíba. Fernandes vê nele "uma rica fonte primária da guerra"[49] e faz uma análise sociológica do conflito, mas acaba por contribuir, com seus estudos, para as comemorações dos 20 anos da contenda.

O pós-guerra: memória oficial e historiografia crítica

Engendrada para produzir sentido de um movimento identitário do povo de São Paulo – uma concepção plural não cabe nessa lógica –, a ideia da "Revolução de 1932" parte também de uma construção histórica para produção de memória. A eleição das datas dos principais eventos, como as primeiras manifestações de descontentamento com o governo central, coincide, em primeiro lugar, com as comemorações do 378º aniversário da cidade, nos comícios de 25 de janeiro de 1932, na praça da Sé, com discursos e panfletos que reivindicavam a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sobre a "unificação" dos paulistas, pelas suas elites, em meio à construção de um movimento, Oswald resumiu: "A praça continuou o comício em torno das cores regionais: lágrimas, colheita, potência, anseio, bombardeio, maremoto, cratera, sementeira, sangue, São Paulo".[50] Em outra ocasião, agora no dia 23 de maio, em uma manifestação, quatro "estudantes"[51] foram mortos por tropas federais, "morrendo por um ideal". A junção das iniciais dos seus nomes formou a sigla MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), utilizada em cartazes, discursos, manuais de guerra e fardas dos voluntários.

A "Frente Única" capitaneada por São Paulo concentrava todos os esforços em prol de um único objetivo, isto é, a reconquista do poder oligárquico perdido. Importante mencionar que, a rigor, a própria denominação "frente única" não era cabível, pois a esquerda, lado considerável do espectro político, não compôs o consórcio da guerra. Tendo o regionalismo como marca, salvo em regiões de fronteira com o Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais, o conflito se deu dentro e nos limites do estado de São Paulo. Foi um conflito aberto entre a paulistanidade, que Martins Fontes chamou, em 1957, de Paulistânia – ambos sucedâneos do bandeirantismo – contra um sentimento mal-ajambrado de brasilidade, ou, para usar o termo da época, brasileirismo, algo que o povo de São Paulo, inclusive, contribuiu para construir. A participação dos paulistas e paulistanos, sua elite política, intelectual, econômica, religiosa e popular,

[49] FERNANDES, Florestan. *Leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

[50] ANDRADE, Oswald de. *Marco zero*, *op. cit.* p. 129.

[51] A mitologia construída em torno dos "estudantes" e "manifestantes" que juntos formaram um acrônimo (MMDC) escondeu a origem e o destino dos personagens até a manifestação ocorrida em 23 de maio de 1932 em frente à sede do Partido Popular Paulista, na esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Praça da República. Mário Martins de Almeida era filho de cafeicultores, havia estudado na Faculdade Mackenzie e estava apenas de passagem pelo local. Euclides Bueno Miragaia era de São José dos Campos e trabalhava no cartório do tio, em São Paulo. Dráusio Marcondes de Souza era, de fato, estudante; nasceu na capital, era filho de farmacêutico, tinha apenas 14 anos. Antonio Américo Camargo de Andrade não era estudante; seu pai era fazendeiro na região de Amparo, no interior do estado, e ele era casado e tinha 3 filhos. E, finalmente, Orlando Alvarenga, teve o A incorporado pelo projeto 435/2003 à sigla: era escrevente, passava pelo local, levou um tiro de fuzil que esfacelou sua coluna, de acordo com o médico e historiador Hely Carneiro, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, autor do projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Por essa via, MMDC converteu-se, oficialmente, na sigla MMDCA, em mais uma tentativa, a mais recente, de edificação, consolidação, e perpetuação da memória dos "constitucionalistas".

como não poderia deixar de ser, deu evidência às diferenças e principalmente às contradições apresentadas, ampliando-as. Inaugurada na modernidade paulista, povo heterogêneo formado por povos desenraizados de variadas diásporas, de todo o Brasil e muitas partes do mundo, "fenômeno estudado num aglomerado onde todas as raças se chocam"[52], a pergunta sobre qual era a identidade do paulista na década de 20 foi assim pensada por Sevcenko: "Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado".[53]

De todo modo, não somente porque a derrota foi escamoteada em função dos louros divididos por um acordo que redundou na Assembleia Constituinte, despontou, no final das contas, um ineditismo histórico vinculado à produção historiográfica banhada pela paulistanidade. Trata-se de fato histórico relativamente singular, pois a memória dos vencidos se sobrepôs, no campo da cultura, à dos vencedores da guerra.

A derrota de 1932 contribuiu para o processo de chegada da Missão Francesa e fundação da Universidade de São Paulo e, principalmente, para produção de memória por parte dos derrotados. Aureliano Leite, por exemplo, digno representante da elite paulistana na organização do conflito e na produção da memória[54], listou, em artigo para a *Revista de História*, da USP, mais de 600 títulos sobre o conflito, a ampla maioria de caráter laudatório, de participantes da guerra, testemunhos e discursos de parlamentares sobre a "epopeia paulista". A abundância memorialística do evento foi igualmente registrada por Áureo de Almeida Camargo.[55] Em 1972, nas comemorações do cinquentenário do conflito, arrolou a produção sobre o período no artigo intitulado "Roteiro 1932". Listou, em 58 páginas, 420 autores e 794 obras sobre o levante, incluindo escritores, jornais, instituições, associações, dezenas de batalhões, delegacias, grupos escolares e copiosa produção distribuída entre livros, reportagens, manifestos, relatos, boletins, poesias, moções e discursos.

Tal "efeméride" não tardou a surgir, das trincheiras aos escritórios, dos gabinetes para as editorias e, finalmente, para o espaço urbano de São Paulo, capital, litoral e interior. Sufocada no período do Estado Novo (1937-1945), as comemorações dos vinte anos do conflito marcaram a oficialização da memória dos combates e dos combatentes. Uma série de eventos se repetiu nas co-

---

[52] ANDRADE, Oswald de. *Os dentes do dragão*: entrevistas. São Paulo: Globo, 1990, p. 76.

[53] SEVCENKO, Nicolau, *op. cit.*, p. 31.

[54] Formado nos quadros do Largo de São Francisco, estandarte principal da "revolução", Leite compôs a direção da Ordem dos Advogados do Brasil, foi membro da Academia Paulista de Letras e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Integrou a direção do MMDC, organização que teve papel central na estratégia e coordenação do levante, tornou-se deputado constituinte em 1934 e, depois do fim do Estado Novo, novamente constituinte, em 1946. São 13 as obras sobre a "revolução", assinadas por Aureliano Leite, até 1961. Ver LEITE, Aureliano. Bibliografia da Revolução Constitucionalista. *Revista de História*, n. 51, São Paulo, 1962. Na mesma edição, saiu um segundo artigo de sua autoria, Causas e objetivos da Revolução de 1932.

[55] Ver CAMARGO, Áureo de Almeida. *A epopeia*. São Paulo: Saraiva, 1933, no qual expõe sua visão sobre o acontecimento e o cotidiano dos soldados na região onde combateu. Então estudante de Direito no Largo de São Francisco, local do Comando do MMDC e de alistamento dos voluntários, esse combatente participou do Batalhão 14 de Julho, com atuação na região sul de São Paulo, fixando-se em Itararé, cidade de fronteira, com a "missão" de conter as tropas federais que vinham do Rio Grande do Sul e Paraná.

memorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, e novamente em 1957, no "jubileu de prata" do início dos combates, com previsão de inauguração do monumento-mausoléu em homenagem aos que tombaram em 1932. Nesse momento, iniciou-se um processo de construção de uma nova identidade, com os monumentos e comemorações. Inaugurava-se uma nova tradição, pois "inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quando do lado da oferta".[56]

A minoritária historiografia crítica, composta a partir das produções do PCB, intelectuais progressistas e revisionistas da academia, por seu turno produziu uma vertente importante de análise para a reinterpretação daquele movimento. O partido, no calor dos acontecimentos, o olhou com ceticismo, pois fora da "revolução paulista" havia uma revolução mundial; percebia o jogo das elites de São Paulo, mas, por outro lado, não se filiava à política varguista de cooptação de classe com a promulgação de leis para os trabalhadores urbanos. Maria Helena Capelato (1981)[57], Stanley Hilton (1982)[58], Vavy Pacheco Borges (1997)[59] e Jeziel de Paula (1999)[60] reviram, com muita competência, a leitura construída em torno de 1932 e refizeram a trajetória de ídolos e mitos. Esse conjunto de produções inovou nos aspectos de ampliação do escopo da história política e cultural, porém não foi suficiente para modificar substancialmente a memória estabelecida.

Para Capelato, em O movimento de 1932: a causa paulista", a luta, sugerida no subtítulo do seu livro, era a marca de São Paulo, que investiu em um discurso que reativou "a versão especializada do binômio atrasado/adiantado, que nos anos anteriores já imprimira sua marca na ideologia da classe dominante paulista". Nesse sentido, "através desse imaginário, São Paulo representava o moderno, em oposição aos outros estados (do Norte e Nordeste principalmente), expressões do atraso. Embasados nas teorias evolucionistas e nas doutrinas organicistas, justificavam as diferenças regionais e apontavam o caminho a ser seguido para vencer o atraso".[61] A autora refere-se à ideia de "locomotiva", termo inventado nos anos 20, potencializada em 1932, que colocaria o país "nos trilhos". Bem edificado, o mito, por meio dessa bem engendrada metáfora, persiste até os nossos dias.[62]

Percebeu-se, no entanto, uma contraofensiva em reação a essa historiografia. Em 1992, durante o governo estadual paulista de Fleury Filho, foi produzido um documentário denominado "32, a guerra civil", para as comemorações dos 60 anos da "Revolução Constitucionalista", com financiamento

---

[56] HOBSBAWM, Eric J. Introdução. *In*: HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 12.

[57] CAPELATO, Maria Helena, *op. cit.*

[58] HILTON, Stanley E. *A guerra civil brasileira*: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

[59] BORGES, Vavy Pacheco, *op. cit.*

[60] PAULA, Jeziel de. *1932*: imagens construindo a história. Campinas-Piracicaba: Editora da Unicamp/Editora da Unimep, 1998.

[61] CAPELATO, Maria Helena, *op. cit.*, p. 53.

[62] O Paraná, estado vizinho, eminentemente agrícola, tendo o norte e noroeste como nova fronteira do café e do povo paulista, sente e ressente a memória do acontecido. As cidades de fronteira entre os estados de São Paulo e Paraná viveram o conflito e registraram isso. Uma campanha publicitária do atual governo do Paraná, por exemplo, alude a um celeiro do mundo e a uma suposta "locomotiva" do país, emprestando a enferrujada expressão do estado paulista, do tempo das primeiras ferrovias.

do Banespa, então banco estatal. Projeto de André Singer, com produção de Cláudio Kahns, ele apresenta, entre outras, uma fala emblemática do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, para quem "a esquerda deverá fazer as pazes com a revolução de 32"[63], e conta com pronunciamentos contundentes dos historiadores Boris Fausto e José Murilo de Carvalho, este último caracterizando o movimento como federalista, civilista e liberal.

Contra o argumento separatista, na virada do século, nas comemorações dos 70 anos do evento, o historiador Hernani Donato enfatizou o caráter nacional da "revolução" e reafirmou a luta dos paulistas contra a ditadura, além de esforçar-se em demonstrar o alcance da guerra para além de São Paulo.[64] Já em 2010, outro historiador, Marco Antonio Villa, publicou, de uma só vez, dois livros, antecipando o aniversário de 80 anos da guerra. No primeiro, ele desloca o assunto da perspectiva de reação pela perda de poder estatal da oligarquia cafeeira e reivindica para o evento a luta pela democracia contra a ditadura; no segundo, retrata o cenário paulista com fotos, jornais, artefatos bélicos e diversas fontes da época. Seus trabalhos corroboram a memória oficial do evento e reforçam a tendência analítica predominante junto à elite paulista.

Francisco Quartim de Moraes, ponto fora da curva, em livro mais recente, pesquisou as inconsistências cronológicas do levante, apontando as questões complexas que escondiam o apelo constitucionalista. Segundo ele, as motivações da historiografia não encontram eco na materialidade cronológica das fontes. "Revolução" na memória e na identidade, a guerra ocorreu dentro da ordem, uma contradição que terminou em conciliação das elites paulistas e do governo Vargas, e em um saldo de mortos e esperanças frustradas.[65] "Latifundiários em armas", para Oswald de Andrade, "os caipiras haviam se levantado" e muitos negros, tombados. "O negro está sendo vendido nesta guerra [...] enquanto nós dávamos duro nas trincheiras, as mães negras estavam sendo despejadas dos cortiços do Piques e da Bela Vista. Me contaram que elas apareciam com os filhinhos esfomeados, de trouxa e cacareco, na delegacia. E ninguém tomava providência".[66]

Na perspectiva de compreensão no campo classista, o movimento foi eficaz em tomar para si a concepção de revolução. Mais do que isso, estabeleceu, com a colaboração da cultura histórica, um entendimento junto ao senso comum de que os empresários e capitalistas de São Paulo são, para além de modernos – empregando o termo muito em voga na época –, futuristas. No nosso tempo poderiam ser entendidos como progressistas e democratas, importando pouco se essa democracia é de qualidade burguesa e liberal e que a expressão futurista tenha se associado ao fascismo. Indo além, impingiu à esquerda, principalmente ao comunismo e aos comunistas, e depois, por extensão, a outros partidos, a pecha de autoritários, fartamente utilizada em outras lutas sociais durante todo o século passado, inclusive atualmente. Os eventos da "Revolução Constitucionalista", por si só, talvez não tenham tido a relevância almejada e, por conseguinte, capacidade de

---

[63] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *In*: ESCOREL, Eduardo. *32 – a guerra civil*. São Paulo: Publifolha/Banespa, 1992.
[64] DONATO, Hernani. *A Revolução de 32*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
[65] Cf. MORAES, Francisco Quartim de. *1932*: a história invertida. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018.
[66] ANDRADE, Oswald de. *Marco zero*, *op. cit.*, p. 196.

produção de um imaginário político ainda mais significativo. Todavia, com certeza, sua utilização *a posteriori*, produto da fabricação da memória sobre tal evento, continuamente, institucional e socialmente, muito contribuiu para sua disseminação, alargando sua dimensão, pela transformação, da representação pelo real, do acontecido.

Os atores sociais e políticos envolvidos nos processos sociais de 1932 e seus efeitos – e isso se aplica também à sua antecedente, a "revolução" de 1930 – oferecem, com seus conflitos e tensões, uma reflexão sobre a empresa moderna que anunciam, a "revolução", pois, se revolucionários fossem seus acontecimentos, a repercussão de seus empreendimentos teria a força de anular seus próprios projeto após o florescimento; mas, seus esforços em estabelecer os episódios como marcos e referências põem em desconfiança a própria ideia de cultura e os limites do moderno que a "revolução de 1932" inscreveu e se propôs.

Artigo recebido em 17 de junho de 2021. Aprovado em 6 de setembro de 2021.